



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO IFNMG**

**I ERRATA
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) COMUNICAM a alteração no documento “Referências Bibliográficas dos Conteúdos Programáticos – Edital nº 11/2014 – Divulgado em 14/02/2014”, disponível no site www.gestaodeconcursos.com.br, conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

LEGISLAÇÃO – COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO

BIBLIOGRAFIA:

- Constituição da República Federativa do Brasil: Títulos I e II, Título III: arts.18 a 91. Disponível em : www.senado.gov.br/legislacao.
- Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em :www.planalto.gov.br/legislacao.
- Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em www.planalto.gov.br/legislacao.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em www.planalto.gov.br/legislacao.
- Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006. Disponível em www.planalto.gov.br/legislacao.
- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Disponível em www.planalto.gov.br/legislacao.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. *Direito Administrativo*. Atlas: São Paulo.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 29ª Ed. Atlas: São Paulo.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988. Arts. 205 a 216. Portal da Legislação: Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 fev. 2014.
- BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Portal da Legislação: Decretos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 07 fev. 2014.
- BRASIL. Decreto nº 5.840. de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Portal da Legislação: Decretos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 07 fev. 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 07 fev. 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 07 fev.



2014.

- BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12772compilado.htm>. Acesso em: 07 fev. 2014.

LEIA – SE:

LEGISLAÇÃO – COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO

BIBLIOGRAFIA:

- Constituição da República Federativa do Brasil: Títulos I e II, Título III: arts.18 a 91. Disponível em www.senado.gov.br/legislacao.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. *Direito Administrativo*. Atlas: São Paulo.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 29ª Ed. Atlas: São Paulo.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 07 fev. 2014.
- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em :www.planalto.gov.br/legislacao.
- Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em www.planalto.gov.br/legislacao.
- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Disponível em www.planalto.gov.br/legislacao.
- Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006. Disponível em www.planalto.gov.br/legislacao.